

Veterinária

A Medicina Veterinária Militar Brasileira no Século XXI

ESTEVIÃO GROSSI AGUIAR DA SILVA⁵⁰; RUBENS FABIANO SOARES PRADO⁵¹; JOSÉ ROBERTO PINHO DE ANDRADE LIMA⁵²

Resumo: O presente trabalho objetiva situar o papel da Medicina Veterinária Militar no contexto atual, em virtude da necessidade de adaptação da profissão aos novos desafios. Foi feita uma abordagem sobre as origens da Veterinária Militar no Brasil, criação da Escola de Veterinária do Exército, bem como sua relação com os campos de atividade da Veterinária Militar que envolvem o controle de enfermidades emergentes e o desenvolvimento da segurança alimentar, haja vista a crescente preocupação mundial com as questões ligadas ao bioterrorismo e sua possível veiculação pelos alimentos. Revelou-se a necessidade de se atualizar os manuais de emprego em campanha da veterinária militar, suas perspectivas e possibilidades de emprego nesta fase de transição da era globalizada para a “pós-globalizada”.

Palavras chave: Medicina Veterinária Militar; emprego; século XXI.

Abstract: This work aims to establish the role of Military Veterinary Medicine in the present context, considering a need to adequate the focus of the profession to the new challenges. We approached the origins of Military Veterinary Medicine in Brazil and the foundation of the “Escola de Veterinária do Exército”(Army Veterinary School), as well as fields of activity of Military Veterinary Medicine related to emerging diseases, food security and its relationship with bioterrorism issues. It became apparent that it is necessary to update the veterinary handbooks for use in military actions, Military Veterinary Medicine perspectives and employment possibilities in this phase of transitions from globalized to “post-globalized” age.

Key words: Military Veterinary Medicine; Function; 21st Century.

1. Introdução

No final do século XIX e início do XX, a situação sanitária do rebanho brasileiro não possuía padrões de qualidade que permitissem a atividade agropecuária suprir as necessidades da sociedade e do Exército. A alta incidência de doenças como a febre aftosa, a malária e a disseminação do mormo revelavam uma vulnerabilidade do sistema de controle sanitário, que implicava sérias limitações econômicas. Os animais dos Regimentos de Cavalaria não apresentavam condições de saúde para que houvesse uma mobilidade eficaz no deslocamento das tropas, caso necessário; além de ter sido detectada a ocorrência da zoonose (doença transmitida de animais para o homem) mormo em soldados, que como explicado

pelas palavras do célebre Dr. Muniz de Aragão: “...muita suposta tuberculose no soldado não passa de verdadeiro mormo pulmonar...”, originário dos equídeos militares, fato que representou uma ameaça de vida aos integrantes do Exército Brasileiro e da sociedade civil (PIMENTEL, 1942).

O governo brasileiro recorreu ao auxílio estrangeiro, buscando fontes que permitissem ao país se adaptar tecnologicamente aos desafios encontrados, inaugurando em 1896 o Laboratório de Microscopia Clínica e Bacteriologia do Exército, atual Instituto de Biologia do Exército (IBEx), sendo o ponto de partida para o surgimento da Escola de Veterinária do Exército Brasileiro (CFMV, 1997).

⁵⁰ Escola de Administração do Exército (EsAEx), Salvador, Brasil. estevao@newview.com.br.

⁵¹ Escola de Administração do Exército (EsAEx), Salvador, Brasil. rubens_vet_ufv@yahoo.com.br.

⁵² Escola de Administração do Exército (EsAEx), Salvador, Brasil. jose_roberto70@hotmail.com.

A Medicina Veterinária Militar brasileira teve importância desde 1910, e atualmente é incumbida de missões de grande significado em tempos de paz e tem estratégica relevância nas eventuais participações do país em conflitos, uma vez que a inspeção industrial e sanitária dos alimentos é uma atividade exclusiva do médico veterinário, regulamentada pela Lei n° 1.283 de 18 de dezembro de 1950. A defesa química, biológica e nuclear, o estudo da biologia da fauna, o manejo dos animais de emprego militar, o controle das zoonoses, a preservação ambiental, as atividades de ensino, bem como a participação em ações sociais junto às comunidades, são exemplos de outras responsabilidades atribuídas à Medicina Veterinária Militar brasileira (RUBINICH, 1997).

Este trabalho tem como objetivo apresentar as atuações e perspectivas da Medicina Veterinária Militar Brasileira no século XXI.

2. Origens da Veterinária Militar no Brasil

A origem da Medicina Veterinária oficial no Brasil remete à 1810 por decreto do Rei D. João VI, que, através do Conde de Linhares, Ministro do Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra, criou o cargo de Veterinário para apoiar tecnicamente os trabalhos relativos à hipologia e à hipiatria no 1º Regimento de Cavalaria do Exército. Em 1818, D. João VI criou um curso de Alveitaria, sob coordenação do Artista Veterinário português João Batista Moncuet, numa tentativa de se criar o ensino veterinário no país (PIMENTEL, 1942).

Devido à deficiente situação sanitária do rebanho nacional e do efetivo equino militar do Exército no final do século XIX e início do século XX, com pesados reflexos na economia e também perdas de vidas humanas, o governo brasileiro envia o General Médico Dr. Ismael da Rocha, então Diretor de Saúde do Exército, à Alemanha e França para

estudar, com técnicos europeus, o objetivo de implantar o Laboratório de Microscopia Clínica e Bacteriologia do Exército.

Estruturado nos moldes do Instituto Pasteur, e contando com dois de seus mais renomados discípulos, o Laboratório tornou-se referência, em 1904, nas pesquisas médicas e veterinárias, fato que foi essencial para o início da consolidação do Curso de Medicina Veterinária no Brasil. Devem ser ressaltadas, sobretudo, as importantes Missões Francesas que debelaram as epidemias que assolavam o país, sendo o argumento para a criação da Escola e do Serviço de Veterinária.

Pelo Decreto n° 8.168 de 25 de Agosto de 1910, aprovou-se a regulamentação do Serviço de Veterinária do Exército, sendo o ponto de partida para a construção da **Escola de Veterinária do Exército**.

Entre os principais componentes desse projeto, destacou-se o Capitão Médico João Muniz Barreto de Aragão, atual patrono da Medicina Veterinária do Exército Brasileiro (CFMV, 1997).

Em 1914, foi fundada a Escola de Veterinária do Exército em São Cristóvão, Rio de Janeiro, com a instalação de vários cursos, laboratórios e convênios.

Em 1974, é extinto o Quadro de Oficiais do Serviço de Veterinária do Exército, composto por uma diretoria de oficiais veterinários, incluindo Generais de Brigada e Divisão, passando as funções destes à Diretoria de Saúde (CFMV, 2002).

Para suprir a falta de profissionais veterinários nas Organizações Militares entre o período de 1985 e 1990, houve contratação de oficiais temporários (R/2). Em 1991, foi autorizado, por Portaria ministerial, o Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar (CFO/QO), na especialidade de Veterinária, na Escola de Administração do Exército, com a primeira turma de 6

oficiais Médicos Veterinários, composta por 4 homens e 2 mulheres, formando-se em 1992 (CFMV, 2002).

No ano de 1997, a formação dos alunos do curso de Veterinária do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) foi transferida para a Escola de Saúde do Exército no Rio de Janeiro, havendo seu retorno para a Escola de Administração do exército (EsAEx), em Salvador-BA, ocorrido no ano de 2003.

Atualmente, nesta nova fase da veterinária militar brasileira, 66 médicos veterinários já foram formados no Curso de Formação de Oficiais do QCO, estando 5 matriculados no ano de 2004, com previsão de 3 vagas para 2005 (EsAEx, 2004).

3. O Exército e a Medicina Veterinária no Serviço de Saúde

A sociedade presencia, no início do século XXI, um mundo globalizado em que ocorre um rápido e complexo crescimento do comércio internacional, com quedas de barreiras entre os países de diferentes continentes, além de uma maior demanda de alimentos de origem animal.

Esse panorama exige uma produção de forma mais intensiva, tendo como consequência o favorecimento da transmissão e disseminação dos agentes causadores de doenças, gerando um aumento da possibilidade de ocorrência de distúrbios no meio ambiente e danos ao homem (BROWN et al, 2001).

Essa realidade elucida que as atividades da Medicina Veterinária têm sua importância reforçada, uma vez que o médico veterinário tem envolvimento direto em todos os processos de produção e controle sanitário dos alimentos de origem animal.

Considerando os pressupostos anteriores, a Veterinária Militar é também estratégica no auxílio às tomadas de decisão em assuntos de grande importância atual, como os relativos à questão do bioterrorismo, que, segundo Gibbs (2003), aparece como ameaça à

"nova ordem mundial". E ainda, nas questões relativas à vulnerabilidade da agropecuária às "armas moleculares", que exigem meios diagnósticos para uma rápida detecção dos agentes de risco para agricultura, para a saúde animal e saúde pública (HIETELA & ARDANS, 2003).

Em dados levantados por Médicos Veterinários Militares do exército norte-americano, dos cães-de-guerra enviados ao teatro de operações na Guerra do Golfo Pérsico no ano de 1991, 21 % apresentaram clinicamente potencial risco de transmissão de zoonoses (doenças comuns aos homens e animais) para as tropas, tanto para doenças infecciosas quanto parasitárias (BURKMAN *et al*, 2001).

A Medicina Veterinária tem um envolvimento direto com os desafios mencionados, e o médico veterinário militar tem capacidade de enfrentar esses desafios, pois sua preparação para atuar no teatro de operações e para enfrentar as situações de calamidade nas guerras são próprias de uma adequada formação militar, que envolve sólidos princípios éticos, responsabilidade, minuciosidade, respeito à hierarquia e disciplina.

4. Saúde Pública e Enfermidades Emergentes

O estudo e aplicação de medidas de saúde pública às zoonoses são de competência do Médico Veterinário, segundo o artigo 3 do Decreto 64.704, de 17 de junho de 1969, que trata das responsabilidades do Médico Veterinário (CRMV-MG, 2001).

Atualmente, as doenças zoonóticas emergentes e reemergentes representam um desafio à Medicina Veterinária. A leishmaniose, por exemplo, permanece endêmica com surtos epidêmicos e crescimento progressivo em várias regiões do Brasil. Dos casos notificados nas Américas, 90% são provenientes do Brasil, atingindo 17 dos 27 estados da federação (GONTIJO & CARVALHO, 2003).

Além da importância para a sociedade civil, essa zoonose (leishmaniose) tem relevância para a Medicina Veterinária Militar, devido à alta incidência em tropas que realizam treinamento em áreas de mata, principalmente na Amazônia, onde em 1994, de um contingente de 96 pessoas que participaram de uma operação em uma base de treinamento (base boina verde), 48 foram afetadas pela doença (GUERRA; TALHARI; PAES, 2003).

Outra zoonose que representa um desafio nas áreas tropicais e subtropicais é a malária (sendo um dos principais problemas encontrados no Haiti, país em que o Exército Brasileiro lidera uma Missão de Paz da ONU no ano de 2004). No Brasil sua incidência aumentou cerca de dez vezes nos últimos 30 anos, e a região amazônica é responsável por mais de 99% dos casos (MACHADO et al, 2003). Além disso, essa doença chegou a ser uma preocupação para as tropas de coalisão na Guerra do Golfo, com base em experiência tida durante a II Guerra Mundial (HYAMS et al, 2001), além das baixas ocasionadas na Guerra do Vietnã.

A raiva continua sendo um desafio para a saúde pública em muitas partes do mundo, particularmente nos países menos desenvolvidos. Na América, a raiva canina (transmitida por cães raivosos) representa 76,6% dos casos, o que evidencia a negligência na profilaxia, via cobertura vacinal e atividade de vigilância permanente da raiva, proporcionando o aparecimento e manutenção de importantes epizootias, mesmo em áreas urbanas como a de Ribeirão Preto, onde há uma das maiores rendas per capita do Brasil (PASSOS et al., 1998).

Na última década, agressões por morcegos a seres humanos vêm sendo notificadas em várias regiões amazônicas. Numa análise feita na comunidade de Vila da Mina Nova - MA, 41% das pessoas já haviam sofrido agressão ao menos uma vez, o que deveria alertar a vigilância sanitária do risco potencial de raiva

humana transmitida por morcegos (SCHNEIDER, 2001).

No entanto, recentemente um surto de raiva humana, no município de Portel na Ilha de Marajó, estado do Pará, ocasionado por ataques de morcegos, foi responsável por 16 óbitos, o que representou o maior surto de raiva humana transmitida por morcegos no país (O Globo, 14/04/2004).

Fatos como esse questionam o sistema de vigilância sanitária vigente e remetem a reflexão sobre o real estado de segurança sanitária, pois denotam a fragilidade dos mecanismos estatais de vigilância sanitária e epidemiológica frente os riscos potenciais e combate às doenças, sendo verdadeiras ameaças para a segurança nacional.

A Medicina Veterinária Militar tem importante papel no controle de zoonoses, pois há exigência de disciplina, bem como profissionais capacitados aptos a uma vigilância permanente, sistemática, com um contingente sempre pronto para a realização de campanhas, estratégias preventivas e ações junto à sociedade, criando desse modo um sistema de vigilância epidemiológica eficaz.

5. Controle de qualidade de alimentos (tecnologia de alimentos e inspeção sanitária)

Após a criação da Escola de Veterinária do Exército (EsVE), uma das atribuições do veterinário no Exército era a inspeção de alimentos destinados à tropa, família militar, bem como o forrageamento dos animais. No entanto, a formação médica veterinária somente capacitava esse profissional à inspeção de produtos de origem animal e não a de produtos de origem vegetal.

Dada à complexidade da missão que era imposta e à falta de pessoal especializado, foi criado em 1961, pelo Comando da Escola de Veterinária do Exército, o Curso de Inspeção de Alimentos e Bromatologia -CIAB- e o Curso de Auxiliar de Inspeção de

Alimentos –CAIAL, formando militares capacitados a atuarem na área da inspeção de alimentos em geral. Formando, a partir de então, cerca de 100 Oficiais e Sargentos até a extinção do Quadro de Veterinária em 1974.

A extinção desse quadro repercutiu, a médio e longo prazo, na qualidade dos gêneros alimentícios fornecidos à tropa. O Estado Maior do Exército (EME), ressentindo-se do importante papel do Médico Veterinário no Exército, conclui pela necessidade de manter a preparação de pessoal especializado para essa tarefa, e foi autorizado o CFO/QC na especialidade de Veterinária na Escola de Administração do Exército (EsAEx) em 1991 (Portaria 456), e em 1996 é criado o Curso de Inspetor de Alimentos, tendo como objetivo habilitar Capitães e Tenentes do Exército ao desempenho do cargo de Inspetor de Alimentos (Portaria 000036).

Atualmente, a missão do Veterinário Militar especialista em inspeção de alimentos é estratégica, mesmo em tempos de paz, indo além da inspeção dos alimentos fornecidos à tropa e à família militar, pois deve estar atento aos vários processos que envolvem a segurança alimentar, desde a orientação da aquisição de produtos de boa qualidade até a instrução dos manipuladores de alimentos, a exemplo dos cozinheiros e garçons.

A era pós 11 de setembro de 2001 tem sido marcada pelo aumento das ações terroristas e do temor social frente às possíveis agressões com armas biológicas (KOTTOW, 2003) e a vulnerabilidade dos alimentos como veículos de substâncias tóxicas. A implementação da Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) na cadeia da produção de alimentos, com a aplicação da análise de risco, detectando os perigos relativos à perda da qualidade e risco à saúde pública em pontos de vulnerabilidade da cadeia à ataques bioterroristas, tem sido estudada no advento de uma tentativa de

contaminação intencional (Hall et al, 2002).

A utilização de cães farejadores no auxílio à inspeção de gêneros alimentícios em fronteiras, evitando a entrada de patógenos em áreas livres (a exemplo da febre aftosa) ou mesmo de “armas biológicas” como o *Bacillus anthracis*, são exemplos da preocupação da Medicina Veterinária Militar.

O desenvolvimento de novas técnicas de preservação de alimentos para utilização em tempos de conflitos, como os trabalhos da irradiação de alimentos realizados pela extinta Escola de Veterinária do Exército em parceria com o Instituto Militar de Engenharia e outras instituições (CARDOSO, 1980), tem grande importância para a segurança das tropas militares, bem como para contribuir com os planos de erradicação da fome, sendo este uma das principais metas do atual governo brasileiro.

O Médico Veterinário inspetor de alimentos tem importância inquestionável tanto em tempos de paz como em conflitos, todavia, desde 1996 o EME não abre vagas para esse curso. Alguns laboratórios de análises (LIAB) estão defasados tecnicamente ou parados por falta de material, e até mesmo por falta de profissionais habilitados, dificultando o desenvolvimento de pesquisas, e produção de conhecimento tecnológico na área de bromatologia.

Uma alternativa para a reativação desse curso seriam as parcerias com universidades, institutos de pesquisa, como no passado com a UFRJ e UFL, esse curso poderia hoje funcionar em parceria com a EsAEx, UFBA e Laboratório Central de Saúde Pública da Bahia.

6. Prevenção e Promoção da Saúde de Animais de Emprego Militar

Já no início da organização do Exército Brasileiro, em Guararapes, houve a participação dos equinos com a tropa de cavalaria do Cap. Antônio Silva

Atualmente, esse animal permanece como elo de ligação dos militares da Arma de Cavalaria, também representa papel estratégico em tempos de guerra. O que foi confirmado pela recente utilização intensiva desse animal na Guerra do Afeganistão, pelo Exército Americano; surpreendendo até Donald H. Rumsfeld, atual Secretário de Defesa norte-americano; sendo crítico para dar agilidade às tropas em terrenos de difícil acesso (MATSUDA, 2004).

A relação do militar com o cavalo proporciona desenvolvimento de atributos da área afetiva como cooperação, disciplina, dedicação, determinação, responsabilidade, coragem e capacidade de superação de obstáculos. As instruções de equitação nas escolas de formação militar funcionam no aperfeiçoamento desses atributos, contribuindo para a aplicação prática desses conceitos, fatos estes adequadamente expostos no Projeto Interdisciplinar sobre Seções de Equitação nos Colégios Militares, envolvendo aspectos econômicos, pedagógicos, psicológicos, esportivos e terapêuticos (Monografia-EsAEx, 2003) .

Em tempos de paz o cavalo pode ser usado para ações sociais como a equoterapia, que enfatiza o cavalo como elemento de desenvolvimento humano. Essa atividade, contribui para a melhoria da imagem do Exército como mão amiga da sociedade, podendo proporcionar o auto financiamento do custo desses animais, propiciando o desenvolvimento de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, e o desenvolvimento técnico e científico (site: www.equoterapia.org.br).

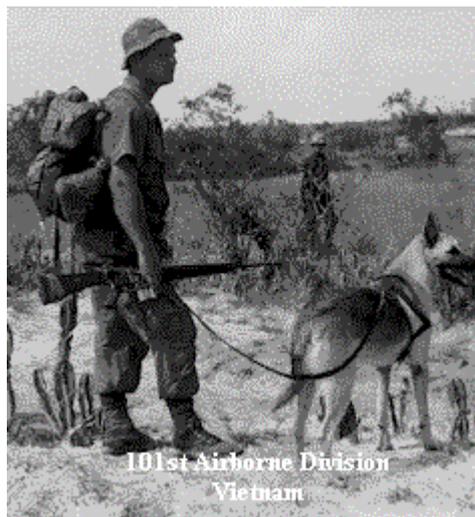
Os cães no Brasil tiveram sua participação efetiva no Exército a partir da Portaria nº 318-GB, de 12 de outubro de 1967, que aprovou o Manual C42-30 de Adestramento e Emprego de Cães-de-Guerra, e em junho de 1970 autorizou o emprego de cães-de-guerra nas organizações militares de Polícia do Exército, no Curso de Operações na Selva

e Ações de Comando e na Brigada de Infantaria Pára-quedista.

Os cães treinados usados para guarda , além de economizar efetivo, agem como força intimidadora, detectam e alertam precocemente a presença de intrusos, e podem ser usados como verdadeiras armas quando necessário.

O faro aguçado dos cães permite a especialização para a detecção de explosivos, armas agentes biológicos, agentes químicos tóxicos e narcóticos. Sendo um auxílio indispensável, tanto em tempos de paz como em guerra.

Nas fronteiras e aeroportos funcionariam como uma barreira para o narcotráfico, terrorismo e mercado negro de armas. Em Organizações Militares, podem ser usados para detecção de narcóticos, impedindo sua entrada nessas.



Fonte: <http://www.uswardogs.org/id27.html>

O uso de raças rústicas e polivalentes possibilita também a utilização de cães de guerra em situações extremas, como no Curso Intensivo de Guerra na Selva.

A utilização de outros animais, como o golfinho, no auxílio militar foi comprovada recentemente na Guerra do Iraque. O exército americano utilizou esses animais na detecção de minas submersas, guiando os navios americanos para aportarem.

7. Defesa Química, Biológica e Nuclear

O curso de Medicina Veterinária forma um profissional polivalente, capaz de atuar em diferentes áreas de interesse do Exército Brasileiro.

Disciplinas curriculares como Química Orgânica e Inorgânica, Bioquímica, Química Fisiológica, Fisiologia, Farmacologia e Toxicologia fornecem ao Médico Veterinário conhecimentos sobre os agentes químicos tóxicos, seus mecanismos de ação, formas de utilização, sinais clínicos e antídotos. Tendo capacitação para atuar no uso de agentes químicos e defesa química. Outras disciplinas como Microbiologia Geral, Microbiologia Veterinária, Bacteriologia, Virologia, Doenças Parasitárias e Epidemiologia, se voltadas à visão da atividade militar, seriam ferramentas de grande utilidade ao Exército, principalmente no tocante à atualização dos manuais utilizados em instrução, como o Manual de Campanha C 3-40 de Defesa Contra os Ataques Químicos, Biológicos e Nucleares, cuja última versão data 1987, principalmente nas questões relativas aos agentes biológicos.

Os agentes biológicos (bactérias, fungos e vírus principalmente), e toxinas derivadas desses, podem vir a ser utilizados como “armas biológicas” a exemplo do *Bacillus anthracis*, toxina botulínica (*Clostridium botulinum*), *Yersinia pestis*, *Salmonella enterica* var. typhimurium e o vírus da varíola (SILVA, 2001).

Suas vias de infecção, disseminação na população e mecanismos de controle são informações detidas que empreendem esse profissional a agir na prevenção e combate aos ataques biológicos.

Nas áreas da formação médica veterinária, o contato com a Radiologia e Biofísica proporcionam conhecimentos sobre radioisótopos, usos e efeitos biológicos da radiação e medicina nuclear.

Como visto, a formação do Médico Veterinário é composta de áreas afins à Defesa Química Biológica e Nuclear (DQBN), no entanto, a participação desse profissional nessa área é incipiente. O Curso de Especialização em Defesa Química Biológica e Nuclear não tem a participação desses profissionais que, como alunos, poderiam aperfeiçoar seus conhecimentos e melhor adaptá-los ao uso militar. Como instrutores, poderiam contribuir muito para a formação militar pelos conhecimentos expostos anteriormente, além da troca de experiências com militares de outros países, onde a veterinária atua ativamente nesta área (http://www.dcmilitary.com/army/stripes/archives/may29/str_c52998.html).

8. Ensino, Extensão e Pesquisa

A atividade de ensino na Medicina Veterinária Militar teve seus trabalhos interrompidos com a desativação da Escola de Veterinária do Exército.

Devido à importância dessa atividade para a sociedade e para o Exército Brasileiro; apoiado pelo Ofício nº 869/90, de 11 de Maio de 1990 do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro; enviado ao então Sr. Exmo. Ministro do Exército, Gen. Carlos Tinoco Ribeiro Gomes; foi dado o passo inicial para o restabelecimento do Quadro de Veterinária do Exército Brasileiro, sendo autorizado por Portaria Ministerial.

Um dos desafios que surgem para a Medicina Veterinária Militar no século XXI é o de estar preparada para os novos tempos da “era do conhecimento”. E nessa linha, de acordo com o art. 5º da Lei nº 5517, de 23 de Outubro de 1968, é de competência privativa do Médico Veterinário o exercício das seguintes atividades e funções a cargo da União: “... a regência de cadeiras ou disciplinas especificamente médico-veterinárias, bem como a direção e a fiscalização do ensino da medicina veterinária...”.

Para que se cumpra a Lei na atualidade, seria necessário se repensar alguns fatos, uma vez que, das profissões, a Medicina Veterinária é a segunda em número de especialidades, só perdendo para o Direito (PALHARES, 2004). Além disso, pela Resolução no. 625, de 16 de março de 1995 do Conselho Federal de Medicina Veterinária, fica estabelecido o título de especialistas no âmbito dos Conselhos Regionais; no entanto, para o ingresso no Exército, a forma de admissão ao curso de Veterinária do Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar (CFO/QC) exige uma preparação generalista, envolvendo um amplo conteúdo disciplinar em detrimento das especialidades, enquanto para o processo seletivo das áreas de saúde, como a Odontologia ou Medicina, se consideram as diferentes especialidades profissionais, inclusive para o planejamento e distribuição de vagas nas Organizações Militares.

Na área de pesquisa e extensão, o Exército foi o pioneiro no enfoque da Medicina Veterinária brasileira, tendo sido publicados até a década de 1940 mais de 330 trabalhos (PIMENTEL, 1942). Atualmente, a atividade de pesquisa não têm sido priorizada na Veterinária Militar brasileira, fato inverso ao que ocorre nos exércitos norte-americano e francês, em que, atualmente, a pesquisa é uma das quatro linhas mestras de atividades da Veterinária Militar (<http://www.defense.gouv.fr/sante/index.html> and http://www.dcmilitary.com/army/strip/archives/may29/str_c52998.html).

9. Atividades da Veterinária Militar nos Exércitos mundiais.

De uma forma geral, a Veterinária Militar nos exércitos tem duas funções relativamente distintas, uma é a sua atuação em tempos de guerra e outra suas atividades em tempos de paz.

Nos Estados Unidos, o Serviço Veterinário do Exército tem como

funções: assegurar a qualidade, a higiene e a segurança alimentar por meio da inspeção; prover cuidados médico-veterinários aos animais de propriedade do governo; gerenciar, conduzir e dar suporte ao desenvolvimento de pesquisas biomédicas; também atuam no controle e prevenção das doenças dos animais de proprietários privados. Todas essas funções têm o intuito de prover suporte para as missões militares americanas ao redor do mundo, tendo sido utilizadas recentemente nas guerras do Afeganistão e Iraque (MATSUDA, 2004).

Na França, os veterinários-biologistas das Forças Armadas atuam no controle da sanidade e da qualidade dos gêneros alimentícios comprados pelas Forças, supervisionando as condições de higiene dos restaurantes coletivos; participam das pesquisas biomédicas, em particular no campo da fisiologia, radiobiologia e microbiologia, assegurando a proteção dos animais de laboratórios e no controle das condições de utilização dos modelos animais em pesquisas; atuam no controle sanitário dos efetivos animais do Exército, Marinha e Aeronáutica, além da Guarda Nacional; e participam da proteção dos militares contra as doenças comuns aos homens e animais

(<http://www.defense.gouv.fr/sante/index.html>)

A Rússia possui um imenso sistema de pesquisa e produção de armas biológicas organizado pelo Ministério da Defesa e por uma organização civil denominada de Biopreparat, que compreendem um grande número de unidades espalhadas por todo o país. Em virtude de uma preocupação constante com os agentes de importância médico e médico-veterinária, como o vírus do Ebola e toxinas bacterianas, o Ministério da Economia Rural designou uma das usinas para tutela do Serviço Veterinário, cuja responsabilidade é manter um estoque secreto de produtos biológicos (WACHTEL, 1998).

Em 1996, o exército português enviou, juntamente com suas tropas, uma equipe do Serviço Veterinário para auxiliar parte das Forças de Intervenção Rápida (IFOR) na Bósnia-Herzegovina. O balanço da missão foi positivo, havendo uma integração global com os outros ramos do Serviço de Saúde que trabalhavam em equipe com a Itália e a França. As principais atuações foram relativas ao combate às doenças transmissíveis por via alimentar, por roedores e vetores; inspeção da higiene do pessoal responsável pela confecção e distribuição das refeições, controle ambiental atuando na questão dos resíduos sólidos e participação nas reuniões técnicas convocadas pelos oficiais higienistas da Divisão, além da inspeção de alimentos distribuídos pelos vários canais de abastecimento.

A operação desenvolvida na Bósnia- Herzegovina foi a primeira ocasião em que o Serviço Veterinário Português atuou em missões internacionais, e de acordo com a Capitã Médica Veterinária Cristina Mimoso Falcão (1997), houve uma espécie de “descoberta do médico veterinário”, por vezes desconhecido e ali tão próximo.

De acordo com a Capitã Veterinária do Exército português, o manual de campanha utilizado foi o de 1954, indicando uma dificuldade de encontrar fontes de conhecimento atualizadas para este tipo de missão.

10. Conclusões e Perspectivas

Os acontecimentos ocorridos desde o início do século XX determinam a importância da manutenção do quadro de Medicina Veterinária nas Forças Armadas e corroboram para a necessidade de proporcionar uma forma contínua do desenvolvimento dos veterinários militares, prepará-los para os novos e crescentes desafios, de modo que atendam aos interesses de caráter estratégico das nações.

De acordo com Prof. PhD Omar Aktouf (Universidade do Canadá), a era da Globalização; que foi baseada e orientada pelo FMI, e OEA; que teve a Argentina como seu “melhor aluno”, que foi comandada pelas grandes corporações multinacionais, cujos princípios básicos foram **1)** maximização do lucro; **2)** degradação do meio ambiente; **3)** degradação da sociedade civil; e **4)** enfraquecimento do Estado; já não existe. De acordo com o esse autor, estamos na era da Pós-Globalização, que é definida pelo enfraquecimento da globalização; caracterizado pela “queda de grandes corporações como a Enron, Vivendi, Parmalat, falência da Argentina e etc; sendo caracterizada pela: **1)** maximização do lucro em detrimento dos valores humanistas; **2)** preocupações com controle e gestão ambiental; **3)** surgimento das “questões do terrorismo internacional” e níveis alarmantes de desemprego; **4)** necessidades urgentes de programas de excelência gerencial e reengenharia, como forma de cortar custos (AKTOUFF, 2004).

Esse panorama, talvez indique as direções a serem ocupadas pela Medicina Veterinária e defina o papel da Veterinária Militar brasileira no século XXI, que, por sua história, deveria ficar atenta aos fatos contemporâneos para não entrar em decadência. E como exemplificada no texto, sua atuação na área de gestão ambiental, preparação para ações contra o bioterrorismo, medicina veterinária preventiva com enfoque humanista e participação em Missões de Paz integradas ao Serviço de Saúde poderiam ser repensadas e reaparelhadas.

Seria indicado ainda, para tornar mais eficazes os processos relativos a essa área, uma atualização científica dos manuais e da legislação da veterinária militar, somando-se também o estudo e a renovação dos equipamentos para uso em campanha e úteis em época de paz nos locais distantes, podendo se priorizar os usados para análise de alimentos e água na

região amazônica, por exemplo. No tocante ao papel da veterinária militar, não poderia ser deixada de lado sua utilização contra o bioterrorismo, haja vista grande parte dos agentes serem objetos de estudo da medicina veterinária, e também sua importância na defesa química biológica e nuclear (DQBN), salientando-se o estudo dos agentes biológicos. Ainda, nos aspectos primordiais de suas funções, seria indicado ressaltar o papel da veterinária na prevenção e promoção da saúde dos cães operacionais usados no controle de drogas e armas, bem como no desenvolvimento científico da equoterapia e equitação pedagógica, sendo esta última de grande relevância para o desenvolvimento dos tributos da área afetiva dos alunos, nossos futuros líderes. Fatos como esses demonstram a utilização dos animais em apoio às Forças Armadas de forma ampla e estratégica, com possibilidades de serem ainda melhor estudados e utilizados, levando-se em conta as perspectivas relativas aos estudos do ofidismo, animais de zoológico no Centro de Instrução de Guerras na Selva (CIGs), além da fauna do Pantanal e da Caatinga.

A Veterinária Militar e, por consequência, a Medicina Veterinária brasileira, foram criadas, em seu âmago, com base na visão de homens com sólido sentimento humanista, que buscaram não apenas ver os fatos diante de si, mas enxergar por trás das cenas.

Os veterinários idealistas da “turma” do Dr. Muniz de Aragão semearam uma ciência sábia, utilizaram a Medicina Veterinária de modo a alcançar grande parte da população, seja os civis ou os militares. Foram os primeiros médicos da população, militaram nas questões envolvendo os “nobres” animais, mas com o enfoque no homem, no seu bem estar, no bem estar de suas famílias. Utilizaram os conceitos da medicina preventiva, antes dela existir.

O papel da Medicina Veterinária Militar deveria retomar os “trilhos” que a

implantaram, os “trilhos” que proporcionam o desenvolvimento humano. Esses papel não deve ser focado numa visão com ações reducionistas, mas em planos e ações, que, embasados na ciência, permitam um desenvolver sustentável.

11. Referências

AKTOUF, O. Pós-Globalização, Administração e Racionalidade Econômica. São Paulo: Atlas. 2004.

BARATA, R. C. B. The challenge of emergent disease and the return to descriptive epidemiology. **Rev. Saúde Pública**, Oct. 1997, v.31, n.5, p.531-537.

BROWN C.; CARBAJAL I.; WAGNER ,G.J.; *Veterinary Medical Education*, Summer 2001; v.28, n. 2, p.56-61.

Preparing the veterinary profession for corporate and trade issues in the Americas: proceedings of a conference on synergism and globalization, Santiago, Chile, May 6-8, 2001.

BOLETIM INFORMATIVO TÉCNICO DE VETERINÁRIA MILITAR. 1 ° Semestre. Ano VI n. 17. 1982

CARDOSO, M. Irradiação de Alimentos. **Boletim de Informativo Técnico da Veterinária Militar**, ano IV, n. 12, 1980. p. 10-12.

FERREIRA, Marcelo Simão. Hantaviruses. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, Jan./Feb. 2003, v.36, n.1, p.81-96.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **História da Medicina Veterinária no Brasil**; 2002, 228p.

EUGÊNIO C. *et al.* Malaria outside the Brazilian Amazonian region: the situation in Santa Catarina State. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina**

- Tropical**, Sept./Oct. 2003, v.36, n.5, p.581-586.
- GUERRA, J. A.O.; TALHARI, S.; PAES, M. G. *et al.* Clinical and diagnostic aspects of American tegumentary leishmaniosis in soldiers simultaneously exposed to the infection in the Amazon Region. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Sept./Oct. 2003, v.36, n.5, p.587-590.
- GONTIJO, B.; CARVALHO, M. L. R. American cutaneous leishmaniasis. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Jan./Feb. 2003, v.36, n.1, p.71-80.
- LIMA, J.R.A. **Comunicação pessoal**, 2004.
- MACHADO, Ricardo Luiz Dantas, COUTO, Álvaro Augusto Ribeiro D'Almeida, CAVASINI, Carlos Eugênio *et al.* Malaria outside the Brazilian Amazonian region: the situation in Santa Catarina State. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, Sept./Oct. 2003, v36, n.5, p.581-586.
- MATSUDA, Ten Cel. **Um cenário positivo para o Exército Brasileiro do futuro**. CEE/ECEME curso de Comando e Estado-Maior do Exército. Artigo. 5p. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.ensino.eb.br/>>. Acesso em: 11 mai 2004.
- MIRANDA, C. F. J.; SILVA, J. A.; MOREIRA, E. C. Human rabies transmitted by dogs: risk areas in Minas Gerais, Brazil, 1991-1999. **Cad. Saúde Pública**, Jan./Feb. 2003, v.19, n.1, p.91-99.
- SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DE SAO PAULO. Data on hospital infection, external causes of death, and visceral leishmaniose in the state of São Paulo, Brazil. **Revista de Saúde Pública**, Feb. 2004, v.38, n.1, p.141-144.
- PALHARES, M.S. **Comunicação pessoal**, 2004.
- PASSOS, A. D. C.; SILVA, A. A. M. C.; FERREIRA, A. H. C. *et al.* Rabies epizootic in the urban area of Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil. **Caderno de Saúde Pública**, Oct./Dec. 1998, v.14, n.4, p.735-740.
- PENNA, Maria Lucia F. Dengue control: a challenge for the public health system in Brazil. **Caderno de Saúde Pública**, Jan./Feb. 2003, v.19, n.1, p.305-309.
- PIMENTEL, W. **Coronel Dr. João Muniz Barreto de Aragão: Patrono da Veterinária Militar**. Rio de Janeiro: Duarte, Neves e Cia. 1942. 144p.
- RUBINICH, J. A Medicina Veterinária e o Exército brasileiro. **Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária**. Brasília, n. 9, abr 1997. p.1.
- Service des Santé des Armée**. Disponível em: <<http://www.defense.gouv.fr/sante/index.html>>. Acesso em: 26 abr 2004.
- SILVA, L. J. Biological warfare, bioterrorism and public health. **Caderno Saúde Pública**, Nov./Dec. 2001, v.17, n.6, p.1519-1523.
- Veterinary Army Corps. Using the World Wide Web to Electronic Documents** Disponível em: <http://www.dcmilitary.com/army/stripe/archives/may29/str_c52998.html>. Acesso em: 25 abr 2004.